

O LIBERAL, O MODERNO E O HOMEM SENSÍVEL

*Luiz Augusto Estrella Faria**

*"Porque hay tantos campos, vidalita,
Y tanta gente pobre."*

A. Zitarrosa

Durante o ano de 1989, realizou-se em Porto Alegre o VIII Congresso Brasileiro de Economistas. Na época, como presidente do Sindicato dos Economistas do Rio Grande do Sul, uma de minhas funções na organização do evento era receber os convidados estrangeiros. Foi nesse encargo que pude testemunhar a surpresa do Professor Andrew Glyn, da Universidade de Oxford, que nunca havia estado no Brasil, com a miséria obscenamente explícita de nossas cidades. Havíamos acabado de almoçar no agradável Chalé da Praça XV, que, paradoxalmente, é também uma mostra viva dos contrastes de nossa sociedade. A mesa farta ao lado da fome.

Então eu também era Assessor Economista do Prefeito de Porto Alegre e pude complementar a sua observação com algumas informações das estatísticas municipais sobre a proporção de pessoas que vivem em subabitações em nossa cidade. Mesmo sendo uma pessoa bem informada, certamente conhecedor da miséria e da desigualdade social que maculam a imagem do nosso País, Glyn não deixou de mencionar a impressão de que lhe parecia que as pessoas no Brasil viviam anestesiadas para poderem conviver com tanto sofrimento de seus semelhantes sem sentirem um enorme mal-estar com isso, o que me pareceu ser o seu caso, um homem sensível.

Lembrei-me desse episódio ao tomar conhecimento das informações que o IBGE começou a divulgar a respeito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) referente ao ano de 1989. Nela se revela a face mais perversa da crise econômica e da escalada inflacionária que varreu nosso País na última década. Por inimaginável que possa parecer, os pobres brasileiros ficaram mais pobres; e os ricos, mais ricos.

* Economista da FEE e Professor da UNISINOS.

Tomar conhecimento de resultado tão negativo do desempenho de nossa economia na esfera social faz pensar em que alternativas podemos vislumbrar à superação desse atraso. O padrão de distribuição de renda no País é o mesmo do período colonial. Ainda é o retrato da escravidão e da sociedade agrária tradicional. No plano social, ainda não adentramos a Idade Moderna. O caminho que o País começou a percorrer a partir da decisão das urnas na eleição presidencial e que conta com o entusiasmado apoio de nossas elites, supostamente em direção à modernidade, é o do liberalismo. Governo e classes dirigentes têm tentado convencer a população de que essa é a melhor opção e, para tanto, não têm economizado esforços.

Nos últimos anos, o País tem assistido a uma campanha de opinião pública através da mídia impressa ou teletransmitida sem paralelo, a não ser nos episódios que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas ou à deposição pelas armas do Presidente João Goulart. A diferença é que, desta vez, não há intenção de provocar a queda de um governo constitucional, pois há total afinidade entre os propósitos da campanha e o programa do atual Governo Federal.

Patrocinada por líderes empresariais ou professores universitários e intelectuais adeptos do neoliberalismo, a campanha tem feito surgir um sem número de instituições (Instituto Liberal, de Estudos Empresariais, etc.), de partidos políticos (PFL, PL, etc.) e de eventos (Fórum da Liberdade, Encontro da Modernidade, e outros), onde ilustres convidados, que vão de Giscard d'Estaing a professores de Harvard ou Chicago, vêm proporcionando aos adeptos tupiniquins da nova moda a oportunidade de reforçar sua cultura e suas convicções.¹ Nessas oportunidades, somos informados — na maior parte das vezes sem necessidade do desconforto pessoal ou financeiro de estar fisicamente presente, pois a cobertura da imprensa é sempre no melhor estilo "show business" — das maravilhas que o liberalismo fez em suas terras e de como ele é o único passaporte para a modernidade.

O objetivo deste comentário não é aprofundar uma polêmica ideológica, mesmo sendo necessário um certo esforço para evitar escorregar

¹ O liberal tupiniquim da província, talvez mais desavisado, foi buscar na tradição filosófica guatemalteca, através de um certo Professor De la Torre, alimento para seu espírito ansioso dos últimos desenvolvimentos de sua crença intelectual. Sem dúvida, esse elevado produto da cultura de nossa vizinha América Central é, desafortunadamente, menos conhecido mundialmente do que os assassinatos políticos, a corrupção institucionalizada, o tráfico de drogas ou as personalidades emblemáticas de somozas, noriegas e tantos outros de triste lembrança.

nessa direção, tampouco denunciar objetivos pouco cívicos da campanha, como se apropriar do patrimônio público a "troco de banana" através do processo de desestatização. O que quero discutir é a possibilidade de o projeto veiculado pela pregação liberal ser efetivamente o mais curto atalho para a modernidade, caminho que, segundo esta, deve ser trilhado fora do Estado, longe do Estado e contra o Estado.

As teses liberais, renascidas neste final de século sob o rótulo de neoliberalismo, não se afastam muito de sua matriz do século XVIII. Diferentemente, o conceito atual de modernidade tem um significado sócio-econômico bem mais evoluído do que a noção que o humanismo e o iluminismo dos séculos XVII e XVIII haviam dele. A sociedade que se diz moderna deve ter uma qualidade de vida e um padrão de consumo elevados, uma produção eficiente que otimize a alocação de recursos, um reduzido grau de desigualdades sociais, alcançado a erradicação da miséria e a universalização do acesso à cultura. Segundo os liberais, esse objetivo só é atingível pelo livre mercado e seu agente fundamental, a iniciativa privada. Como prova de suas teses, comparam os países da OCDE com as economias em crise dos sistemas de planejamento centralizado.²

O volume da pregação do liberalismo na sociedade brasileira foi outro motivo de surpresa a nossos convidados europeus naquele congresso. Mesmo com a crise do keynesianismo e da social-democracia, muito pouco se reduziu a presença do Estado em suas economias, talvez com exceção da decadente Inglaterra. Há, sim, uma mudança de qualidade pela criação de instituições estatais supranacionais. O exemplo maior dessa transformação é o aprofundamento da unificação européia, que dá um passo decisivo com a integração monetária. O aparelho estatal da Comunidade Européia, já bastante grande apenas com o enorme aparato de regulação da concorrência e de políticas de incentivo e subsídio, será acrescido de um Banco Central Europeu, que gestará a política monetária continental.

Uma análise mais detalhada dos resultados da Pesquisa só será possível quando o IBGE fizer sua publicação; por enquanto, estão dis-

² Esquecem duas coisas. Primeiro, a ineficiente União Soviética levou menos de 50 anos para percorrer um caminho rumo à industrialização que, na Europa Ocidental e na América do Norte, custou dois séculos. Segundo, a quase-erradicação da miséria e a redução das desigualdades sociais na Europa, e, em menor grau, nos Estados Unidos são resultado de uma decisiva intervenção do Estado, para não falar no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Quando ela enfraqueceu, como na Administração Reagan..., bem, aí estão 32 milhões de americanos miseráveis, e a renda dos ricos voltando a crescer mais do que a dos pobres.

poníveis apenas dados preliminares divulgados para a imprensa. Mesmo assim, é um rico material, a partir do qual podem ser levantadas algumas reflexões.

1 — O liberal

Vou começar pelo terreno em que o liberal se sente mais a vontade, o da economia. Os resultados econômicos da Pesquisa são sua nota mais negativa, como o leitor verá a seguir. Cabe lembrar, antes de mais nada, que o setor privado foi responsável pela geração de cerca de 83% do produto da economia brasileira na década passada, levando-se em conta, nessa estimativa, a quase-totalidade do setor produtivo estatal, conforme pode-se deduzir das Contas Nacionais divulgadas pelo IBGE.³ Foram as decisões dos empresários que produziram esses resultados, pouco importa se mais ou menos contingenciados pelas circunstâncias, pois são eles que criam a quase-totalidade das circunstâncias uns dos outros através da concorrência, como já nos ensinou Keynes, muito mais do que qualquer política econômica que tem na economia de mercado o papel de "apagador de incêndio".

Convido o leitor a passar rapidamente os olhos sobre os dados. Começando pela distribuição de renda, os números revelam a seguinte evolução entre 1981 e 1989: os 10% mais pobres, que tinham 0,9% da renda, diminuíram sua participação para 0,6%; os 10% mais ricos, que tinham 46,6% da renda, aumentaram sua participação para 53,2%. Dentre estes, o um por cento mais rico cresceu mais ainda sua participação, subindo de 13,0% para 17,3%. Isto é, os muito pobres ficaram mais pobres; os ricos, mais ricos; e os muito ricos, mais ricos ainda. Vê-se por aí que a chamada "década perdida" não foi perdida para todos, mas unicamente para quem mais necessitava de que houvesse sido diferente.

Seguindo adiante, encontram-se os dados da distribuição dos rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA), que pode ser visualizada na Tabela 1.

³ A estimativa desse valor foi feita somando-se ao produto das administrações públicas o transporte ferroviário, comunicações, indústria extrativa mineral, serviços industriais de utilidade pública e metade das instituições financeiras, o que compensa a produção estatal da indústria de transformação e de outros setores de menor expressão.

Tabela 1

Distribuição da População Economicamente Ativa
por faixa de renda no Brasil — 1981 e 1989

	(%)	
FAIXAS DE SALÁRIOS MÍNIMOS	1981	1989
Até 1	23,0	27,2
Mais de 1 a 2	25,8	25,2
Mais de 2 a 5	26,9	25,2
Mais de 5 a 10	8,8	9,3
Mais de 10 a 20	3,3	5,0
Mais de 20	1,8	3,2
Sem rendimento	10,0	8,1
Sem declaração	0,4	0,6

FONTE: IBGE.

A tabela mostra, coerentemente com a distribuição da renda, que aumentou a distância entre as faixas de rendimentos. Um maior número de pessoas caiu para a faixa até um salário mínimo, bem como cresceu o número das faixas superiores. A polarização aumentou. Se se levar em conta que o valor real do salário mínimo caiu ao longo desses anos, pode-se ter a dimensão de o que significa essa piora.

Outro dado interessante a ser considerado é o desempenho do produto da economia brasileira. Medindo esse desempenho pelo conceito de PIB, ver-se-á que o crescimento entre 1981 e 1989 foi de apenas 27,7%, o que dá uma taxa anual de somente 3,1%, bastante inferior aos 8,2% ao ano de igual período da década anterior (1971 a 1979). Em termos "per capita", a situação é pior, escassos 1,3% ao ano entre 1981 e 1989, o que dá pouco mais de 10% nesses oito anos — e já vimos no bolso de quem foram parar esses 10% — contra 5,7% ao ano no período anterior.⁴

⁴ As estimativas das taxas de crescimento são do Núcleo de Contas Regionais da FEE.

Acrescente-se a isso que o número de trabalhadores com carteira assinada, isto é, com direitos trabalhistas minimamente protegidos, permaneceu ao redor de 59%. Essa estabilidade, no entanto, encobre uma piora da situação nas cidades, pois nestas houve uma queda de 67,1% em 1981 para 65,0% em 1989, que foi compensada pelo campo, onde houve um crescimento de 13,3% para 22,0%. Além disso, espelho de uma profunda injustiça para com o sexo feminino, as mulheres conseguiram uma medíocre evolução de 50,7% do que os homens ganhavam em 1981 para 53,1% no ano passado. Esse é o retrato de o que o sistema econômico fez com a sociedade brasileira e, mais dramaticamente, com os muitos milhões que até hoje permanecem excluídos do processo de desenvolvimento. Um sistema que vem sendo combatido e denunciado como promotor da concentração de renda e da marginalização social desde o começo da década de 70.

Marx dizia que a crise põe a nu a anatomia da economia. No caso brasileiro, é o seu caráter anti-social que se revela em toda a sua crueza, aumentando a miséria e o sofrimento dos mais necessitados.

2 — O moderno

Na divulgação desses resultados, o IBGE contrapôs ao mote da "década perdida" um outro título: a **década medíocre**. O que os pesquisadores querem frisar com esse qualificativo não é o que se viu acima — houve algumas pessoas para as quais a década foi "ganha" —, mas, sim, o fato de alguns indicadores sociais terem melhorado no período, apesar da conjuntura econômica adversa.

É da evolução dos indicadores sociais que se pode contar os poucos passos que o País deu no rumo da modernidade. E aqui é importante chamar atenção desde já para o fato de que essa melhora é resultado direto da ação do Estado. Foi a expansão dos serviços públicos de educação, saúde, saneamento e produção de energia e água potável o agente de melhoria de alguns aspectos das condições de vida da população. Vejamos os dados.

Começando pelos indicadores do nível de instrução da população, temos como primeiro resultado positivo a redução do analfabetismo, que abrangia 24,9% da população em 1981 e caiu para 20,1% em 1989. A permanência da população na escola também melhorou, como mostra a Tabela 2.

O acesso à educação cresceu na década, e, importante, o número de pessoas com pelo menos o primeiro grau completo (oito anos de estudo) cresceu cerca de 20%.

Tabela 2
Nível de instrução da população brasileira — 1981 e 1989
(%)

TEMPO DE ESTUDO	1981	1989
Sem instrução e menos de 1 ano	23,1	18,7
De 1 a 3 anos	26,5	23,0
De 4 a 7 anos	32,0	33,9
8 anos ou mais	18,3	24,3

FONTE: IBGE.

Outro dado importante é o da composição etária da população, que pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3

Perfil etário da população brasileira — 1981 e 1989

	(%)	
FAIXA ETÁRIA	1981	1989
Até 17 anos	44,7	41,3
De 18 a 39 anos	33,4	34,8
De 40 a 59 anos	15,5	16,4
60 anos ou mais	6,4	7,5

FONTE: IBGE.

Essa alteração na pirâmide etária da população está a indicar que aumentou a expectativa de vida do brasileiro. O contingente de jovens, como decorrência da maior longevidade, decresce em proporção aos mais velhos. Seguramente, o responsável por esse resultado é o crescimento

dos serviços de saúde no País, tanto na prevenção da doença como na sua cura. Infelizmente, a pesquisa não dá conta, especificamente, desse item. Pode-se acrescentar, também, que a melhoria das condições sanitárias, estas indicadas na Pesquisa, como veremos abaixo, e provavelmente dos níveis nutricionais também contribuíram.

Um último grupo de dados importante é o das condições de moradia. Nesse item, houve uma sensível melhora nos serviços de utilidade pública, nas condições sanitárias e, em menor proporção, nos equipamentos domésticos. É o que mostra a Tabela 4.

A década de 80 proporcionou um considerável crescimento dos serviços públicos que abastecem os lares brasileiros e lhes garantem condições sanitárias. O abastecimento de água potável, o recolhimento do lixo e a ligação das residências à rede pública de energia elétrica são responsáveis não só pela melhoria das condições de conforto doméstico, mas, fundamentalmente, pela melhora no grau de saneamento, fator que incrementa a saúde pública e, por decorrência, reduz a mortalidade, aumentando a esperança de vida.

Tabela 4

Condições de moradia no Brasil — 1981 e 1989

	(%)	
DISCRIMINAÇÃO	1981	1989
Abastecimento de água	60,1	72,7
Iluminação elétrica	74,9	86,9
Coleta de lixo domiciliar	49,2	62,9
Filtro	51,7	56,8
Fogão	92,6	95,9
Geladeira	56,6	70,1

FONTE: IBGE.

É de se lembrar aqui que, ao lado desse esforço de expansão de serviços sociais e de infra-estrutura comunitária, o Estado não deixou

de continuar dando suporte à acumulação de capital no País. A produção de petróleo cresceu a taxas compatíveis com a necessidade de consumo e de manter um saldo comercial elevado; o número de terminais telefônicos, a produção de energia elétrica, os serviços do correio e da EMBRATEL, entre outros, cresceram a taxas superiores às do produto.

3 — O homem sensível

Depois de "visitar" os resultados que a iniciativa privada trouxe à sociedade brasileira na última década — resultados tão decepcionantes para o liberal que esperava dela a redenção de todos os males —, de verificar que a sua grande contribuição em termos sociais foi o aumento do número de geladeiras nos lares nacionais, constatamos que o agente que aproximou o País um pouquinho da modernidade foi a continuidade do investimento público na expansão de serviços. Restam algumas dúvidas quanto ao futuro. O que pensará um homem sensível como o Professor Glyn ao receber a notícia de que o Governo Federal vem reduzindo sistematicamente os seus investimentos? É aterrador pensar que o único fator a mitigar os dolorosos efeitos da crise da economia brasileira pode deixar de produzir resultados.

Certamente, o nosso liberal, com seu discurso antiEstado, teria poucos argumentos diante do homem sensível que apenas lesse para ele esses dados. Os que contribuíram para a degradação das condições sociais do Brasil pagando baixos salários e aumentando seus lucros e com isso transformando nossas cidades em campeãs da violência e da marginalidade insistem em repetir um discurso vazio de correspondência com a realidade, ao mesmo tempo em que, preventivamente, mandam dólares para o Exterior e contratam seguranças para protegê-los de seqüestros.

Os céticos há muito dizem que a religião é o ópio do povo. No Brasil, quando ela deixou de sê-lo através da teologia da libertação, passou a sofrer a difamação dos formadores de opinião e o cerco do próprio Vaticano. O ópio atualmente ministrado é o do **vale tudo**, o do **negócio é levar vantagem** do horário nobre da "telinha". Ao mesmo tempo, sitiadas pela miséria crescente, nossas elites importam sua coaína⁵ ideológica neoliberal.

⁵ Aliás, essa droga, incorporada à farmacologia médica do final do século passado como anestésico, é hoje consumida em doses de efeito alucinógeno. Talvez uma simples anestesia não baste mais a certas consciências pesadas, que mesmo não sentindo, sabem que a feia realidade está lá. A única fuga é o delírio.

Se a história recente apresenta esses dados de nossa economia de mercado, que esperar para o futuro de uma iniciativa privada que se formou protegida por um Estado paternalista que sempre a beneficiou e favoreceu e que está acostumada a trabalhar com margens de lucro quase cinco vezes maiores que as internacionais e agora quer se fazer competitiva? O INMETRO, órgão federal de controle de qualidade, divulgou recentemente pela imprensa dados a respeito de nossa "competitividade" em comparação com os países desenvolvidos, exceto Japão. Peças rejeitadas por defeito, no Brasil 25 mil em um milhão, contra 200 no Mundo; gastos com assistência técnica, geralmente para correção de defeitos, 2,7% do faturamento no Brasil contra 0,1% no Primeiro Mundo; giro dos estoques, oito vezes ao ano no Brasil contra 60 a 70 vezes no Primeiro Mundo; prazos de entrega de encomendas, 35 dias contra dois a quatro no Primeiro Mundo; utilização da capacidade, que é uma medida do desperdício de recursos, 70% no Brasil contra a média mundial de 97%.

Não é preciso seguir adiante. O nosso liberal que busca a modernidade, em vez de repetir um discurso velho e fora do lugar, deveria, isto sim, deixar de lado o dinheiro fácil do "over" e da especulação financeira e modernizar o seu negócio, sendo mais eficiente, treinando e pagando melhor seus trabalhadores, investindo em tecnologia. E se quisesse ser chamado de patriota, que fechasse o seu cartório, pagasse seus impostos e abrisse mão de seus subsídios e os devolvesse ao Estado, para que este pudesse continuar a expandir seus serviços, mitigando o sofrimento de um povo que, por mais cordial e paciente que possa ser, já está cansado.